URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: Impacto das interrupções na vida de seus moradores

SLUM UPGRADING: Impact of interruptions in the lives of its residents

A. CINTIA S. SOUZA & B. PATRICIA R. SAMORA

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, Brasil

cintia.ss@puc-campinas.edu.br

patricia.samora@puc-campinas.edu.br

RESUMO

A pesquisa averigua as constantes interrupções na implementação de programas habitacionais e urbanos e como essas discontinuidades afetam a realidade da população. Observa-se a ocorrência de equívocos na implementação dos empreendimentos sem considerar a qualidade e a efetividade das intervenções. A ineficiência das políticas públicas cria no imaginário dos mais pobres a ilusão de que é possível conquistar a moradia por seus próprios meios, particularizando uma questão que não pode ser equacionada sem o comprometimento do Estado. Essa investigação tem como base a Vila Parolin, assentamento precário localizado na região central de Curitiba, Paraná. O estudo fundamenta-se em relatos de moradores, documentos oficiais dos órgãos públicos e textos teóricos. Avalia-se o impacto de ações habitacionais nos assentamentos precários, como o poder público dialoga com a população e se contribui para coibir ou fomentar a transformação desses empreendimentos em espaços de segregação urbana e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: urbanização de favelas, gestão urbana, participação popular, pobreza urbana.

Linha de Investigação: 3: Dinâmicas Urbanas.

Tópico: Assentamentos precários.

ABSTRACT

The research investigates the constant interruptions in the implementation of housing and urban programs and how these discontinuities affect the reality of the population. It is observed the occurrence of mistakes in the implementation of the undertakings without considering the quality and effectiveness of the interventions. The inefficiency of public policies creates in the imagination of the poorest the illusion that it is possible to win housing by their own means, particularizing an issue that cannot be solved without the commitment of the State. This investigation is based on Vila Parolin, a precarious settlement located in the central region of Curitiba, Paraná. The study is based on reports from residents, official documents from public agencies and theoretical texts. The impact of housing actions on precarious settlements is assessed, as the public power dialogues with the population and contributes to curb or promote the transformation of these enterprises into spaces of urban segregation and social vulnerability.

Keywords: precarious settlements, urban management, popular participation, urban poverty.

Research line: 3: Urban Dynamics.

Topic: Precarious settlements.

1. Introdução

Ainda que as políticas de habitação e desenvolvimento urbano implantadas no Brasil, principalmente na última década, tenham produzido um número expressivo de unidades habitacionais, as constantes paralisações das intervenções associadas a uma maior demanda do que as políticas implementadas conseguem atingir, mudanças de gestão e diminuição de recursos públicos, impactam significativamente na vida da população mais pobre.

Observa-se a ocorrência de equívocos recorrentes na implementação de empreendimentos habitacionais, quer seja pelas sucessivas mudanças de partidos políticos e, conseqüentemente, das linhas de ação, ou ainda pela tentativa de alcançar um maior número de atendimentos, sem que seja levado em conta a qualidade e a efetividade das intervenções urbanas e habitacionais. Considera-se que muitos dos erros recorrentes são abordados e alertados por especialistas no tema, contudo não são incorporados pela gestão pública.

As frequentes mudanças nas diretrizes de ação desestimulam o diálogo dos moradores com o poder público na busca pela solução de seus problemas. A ineficiência das políticas públicas cria no imaginário da população a ilusão de que é possível conquistar sua moradia por seus próprios meios, particularizando uma questão que não pode ser equacionada sem o comprometimento do Estado, em função da complexidade da problemática social e urbana das cidades brasileiras.

A partir da análise de caso concreto promovido pela Prefeitura de Curitiba, com recursos provenientes de Programas municipais e federais, analisa-se o processo de implementação de programas habitacionais e urbanos, as expectativas geradas nos moradores e a frustração por ver a intervenção interrompida sem que sua realidade seja de fato modificada. Utiliza-se como estudo de caso a Vila Parolin, área consolidada e localizada na região central do município, que sofre intenso processo de segregação urbana e vulnerabilidade social, com tentativas de remoção e intervenções não concluídas ao longo das décadas.

Assim, esse artigo examina o impacto que a descontinuidade dos programas de urbanização acarreta à população afetada, suas expectativas, frustrações e quais as soluções indicadas pelos moradores diante da insuficiência do poder público. A investigação será fundamentada por informações atuais disponibilizadas pela prefeitura de Curitiba sobre a retomada da intervenção. Averiguar-se-á de que forma o poder público redirecionou a continuidade da urbanização, uma vez que muitas etapas previstas no projeto de intervenção não foram finalizadas e a retomada das obras priorizou a relocação das famílias para conjuntos habitacionais localizados em bairros distantes do assentamento. Ainda, o estudo subsidiar-se-á de entrevistas realizadas em 2015 com lideranças e moradores (SOUZA, 2016), período que a intervenção na Vila Parolin estava interrompida, mas ainda havia a expectativa por parte dos moradores de que as obras fossem retomadas.

A complexidade dos assentamentos precários requer estudos minuciosos antes de propor soluções que impactem negativamente a vida de seus habitantes. No caso da Vila Parolin, a proposta de intervenção indicou a relocação de muitas famílias, com a justificativa de que era necessário promover o desadensamento do local para que outras ações pudessem ser implementadas. No entanto, após a retomada da intervenção, em 2018, priorizou-se a finalização das construções em conjuntos habitacionais em locais distantes do assentamento em detrimento das etapas que intervinham no próprio local.

Sobre a relocação de moradores para outros bairros, Lacarrieu (2018) observa, a partir de sua investigação acerca de assentamentos precários localizados em Buenos Aires, que não parece ser o desejo da população afetada deixar esses locais, contrariando a intenção dos governos que insistem em remover as famílias para outras áreas. Segundo a autora, “*el futuro de los asentamientos precarios no es uno solo, sino diversos y desiguales futuros constituidos a partir de contextos y procesos históricos diferenciados*” (2018: 387).

Dessa forma, o objetivo deste artigo é discutir o impacto que intervenções interrompidas ou implementadas parcialmente têm na vida da população local e se contribuem para um rápido retorno à condição anterior à intervenção, acirrando a segregação urbana e a vulnerabilidade social.

2. Políticas públicas de habitação e sua efetividade

Por muitas décadas, os investimentos federais e estaduais em habitação e desenvolvimento urbano, apesar da produção até que expressiva, foram muito menores do que o necessário diante da carência de moradias e do poder aquisitivo das famílias brasileiras. Davis (2006: 71) esclarece que “o papel minimalista dos governos nacionais na oferta de moradias foi reforçado pela atual ortodoxia econômica neoliberal definida pelo FMI e pelo Banco Mundial”. Em decorrência disso, muitos dos programas implantados apresentam mais um caráter paliativo do que estrutural, não atingindo o cerne do problema nem modificando substancialmente a vida dos moradores de baixa renda.

Além disso, a implementação de políticas habitacionais sem que haja uma efetiva integração com outras políticas públicas, como a geração de emprego e renda, gera outras complexidades como a dificuldade das famílias em se manter nos novos locais de moradia. Com isso, não ocorre uma transformação qualitativa na realidade das populações atendidas, tornando os novos conjuntos habitacionais espaços de desintegração social, muitas vezes ocasionados pela ausência de infraestrutura urbana e, no caso de os assentamentos urbanizados, a intervenção não é concluída ou não se torna efetiva a ponto de incorporar essas áreas à cidade.

Parte dessa dificuldade em desenhar programas que resultem em ações concretas e efetivas pode ser entendida pela forma com que os gestores públicos consideram as necessidades dos mais pobres, desprezando a qualidade dos projetos e os próprios desejos dos moradores que, na maioria das vezes, não são ouvidos, ou ainda, por não incorporar nos programas as demandas declaradas pelas famílias.

Alguns indícios fornecidos pelos moradores podem aprimorar as políticas públicas e o entendimento de como os projetos devem ser elaborados, tendo como diretriz a qualidade da moradia e da infraestrutura urbana, objetivando a permanência dessas famílias nos locais urbanizados. Questões como pertencimento e pessoalidade não costumam ser contemplados nos programas implementados pelas instituições públicas, no entanto, são importantes para agregar o conceito de permanência às famílias mais pobres, modificando a condição de transitoriedade a que as políticas habitacionais condicionam essa população (Lopes, 2002).

Essa incompletude na implementação de programas habitacionais e urbanos e demais políticas necessárias para diminuir a pobreza urbana como educação, trabalho e renda, não conferem a autonomia necessária às populações atendidas. Está posta aqui uma curiosa dicotomia: (i) o poder público não assume como prioridade do Estado resolver a questão da habitação social, remetendo aos mais pobres a responsabilidade pelo equacionamento dos seus problemas e; (ii) a insuficiência das políticas públicas de educação, trabalho e renda não confere autonomia suficiente para que a população possa resolver sua precariedade, decorrente de uma política implementada parcialmente.

Os mais pobres tendem a se culpar por sua precariedade e vulnerabilidade social e trazem para si a responsabilidade por equacionar seus problemas (Veras, 2001). Essa individualização está relacionada com a perspectiva de ascensão dos mais pobres, vendo como sua responsabilidade a mudança de condição e possibilidade de se tornar classe média ou conquistar as mesmas benesses. Contudo, para Souza (2017: 80) essa é uma aspiração ilusória pois,

A teoria da modernização sofisticou a moda de eufemizar a realidade para negar formas de dominação que tendem a se eternizar. Assim, a pobreza e a inadaptação são passageiras, quase sempre decorrentes de situações transitórias, como a passagem do campo para a cidade.

No entanto, a possibilidade de ascensão social, o sonho da “casa própria” e de melhores condições de vida perpassam por problemas estruturais que vão muito além do esforço individual realizado no cotidiano das famílias mais pobres. Assim, não podemos eliminar a responsabilidade do Estado de prover sua população de condições mínimas de vida e que vão além da sobrevivência.

Brulon e Peci (2018: 79) concluem, após pesquisa realizada em duas favelas do Rio de Janeiro, que os moradores

[...] passaram a assumir para si a responsabilidade de “lutar” para que suas demandas sejam satisfeitas, seja fazendo eles mesmos, seja por meio de um grande esforço para cobrar uma ação do Estado. Parece existir uma crença generalizada de que os moradores de favelas precisam lutar.

Essa individualização das soluções faz com que os mais pobres se responsabilizem pela sua condição de vida e se identifiquem com os anseios da classe média ao invés de se mobilizarem para cobrar soluções coletivas a partir da ação do Estado e a proteção de seus direitos.

Segundo Kowarick (2017: 23), o caminho possível para resolver esse embate está “na capacidade dos vários grupos e camadas sociais de pressionar e obter do Estado esses elementos básicos para sua sobrevivência nas cidades”. Os elementos básicos a que se refere o autor são o “acesso à terra, habitação e bens de consumo coletivo”. A pressão dos mais pobres é fundamental para que as políticas públicas possam oferecer melhores condições de vida.

A desigualdade social está na essência da formação brasileira (Veras, 2001; Souza, 2017) e no desenvolvimento do Estado capitalista (Harvey, 2006), que gera processos como a espoliação urbana (Kowarick, 2017) e a vulnerabilidade social (Veras, 2001).

Assim, as políticas de habitação e desenvolvimento urbano devem estar associadas a outras políticas públicas como de educação, trabalho e renda, a fim de modificar essa problemática social e urbana com proposições mais efetivas diante de situações tão complexas e abrangentes como a realidade da população moradora em assentamentos precários.

3. Urbanização incompleta: Vila Parolin, Curitiba /PR

No que se refere ao município de Curitiba, as pesquisas desenvolvidas têm demonstrado que a capital não foge ao padrão de cidade excludente, verificado na maioria das cidades brasileiras, consolidando suas ocupações e produzindo moradias nas zonas periféricas da cidade ou ainda nos municípios da Região Metropolitana (Silva, 2012; Stroher, 2017).

O município é constituído por desigualdades socioespaciais, concentradas principalmente nos bairros periféricos e uma priorização de infraestrutura urbana nos bairros mais centrais, de classe média e classe média alta (Silva, 2012; Carvalho, 2014; Stroher, 2017).

A política habitacional praticada na cidade é de responsabilidade da COHAB-CT, que historicamente prioriza a produção de moradias nas zonas periféricas (Boletim, 2006; Carvalho, 2014). Nos últimos anos, a política tem passado por modificações importantes, investindo em programas de regularização de assentamentos e relocando as famílias, quando necessário, para as áreas próximas ao entorno (Curitiba; COHAB-CT; IPPUC, 2007).

A Vila Parolin, objeto de estudo desse artigo, consolidou-se no fundo de vale do rio Vila Guaíra na década de 1950, em área de cerca de 240.000 m² de propriedade particular. Está localizada na região central de Curitiba em bairros de classe média e classe média alta, que confere um conflito com sua vizinhança e configura um processo de segregação urbana. A COHAB-CT cadastrou 1.507 famílias e 5.385 habitantes no ano de 2006. Embora o poder público tenha feito várias tentativas de remover a população do local entre os anos de 1960 e 1980, os moradores resistiram, permaneceram no assentamento e pressionaram o governo a promover melhorias no local (COHAB-CT; Curitiba, 2007).

Em 2007, o assentamento foi selecionado para receber recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - Projetos Prioritários de Investimentos (PAC-PPI). Antes disso, somente pequenas benfeitorias foram efetuadas no local.

O projeto urbanístico foi elaborado pelos técnicos da COHAB-CT e propôs a urbanização integral da área, com remoção de 40% das famílias com a justificativa de que a área é extremamente adensada. O reassentamento dos moradores foi previsto para terrenos do entorno (sobrados e conjuntos habitacionais) e para conjuntos habitacionais localizados no bairro Santa Cândida, bem distante do assentamento (Fig. 01). Incluiu-se, ainda, a complementação de infraestrutura urbana, recuperação da área de preservação permanente e implantação de equipamentos públicos (Tabela 1). Além dos recursos do PAC/ PPI, foram utilizados os recursos do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), bem como recursos municipais (Curitiba; COHAB-CT; IPPUC, 2007).

O projeto de urbanização propôs a intervenção total da área, incorporando as necessidades e a participação da população e implantação de equipamentos públicos nas proximidades. Foi, inclusive, premiado pela Associação Brasileira de COHABs em 2010 com o “Selo do Mérito” na categoria de projetos com abrangência regional (COHAB-CT).

No entanto, as obras de urbanização, iniciadas em 2007, sofreram redução em 2014 em função da diminuição de repasse de recursos advindos dos Programas do Governo Federal e foram paralisadas pelo governo municipal. Em decorrência da supressão de recursos, muitas das etapas previstas não foram concluídas. As moradias precárias construídas ao longo do rio Vila Guaíra foram removidas, contudo, as margens do rio não foram recuperadas e nem o parque linear proposto foi implementado.

Fig. 01 Localização da Vila Parolin. Elaboração própria (2020) a partir dos dados do IPPUC (2016).

FASE	ETAPAS DE URBANIZAÇÃO	RECURSOS
Iniciada em 2006; paralisada em 2014.	Urbanização: melhorar a condição de habitabilidade das moradias; promover a inserção da área à cidade formal; complementação de infraestrutura urbana; recuperação das margens do rio Guaíra e criação de áreas de esporte e lazer ao longo das margens do rio; regularização fundiária (COHAB-CT; CURITIBA, 2007; COHAB; CURITIBA, s.d)	Federal e Municipal
2010	Comunidade em Cores: melhoria das moradias precárias (COHAB-CT; CURITIBA, s.d).	Municipal (FMHIS e COHAB)
2011	Ações complementares: construção de Centro de Referência em Assistência Social (CRAS); Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) e reconstrução da unidade de saúde que atende a comunidade (COHAB-CT; CURITIBA, s.d).	Municipal
Iniciada em 2007; paralisada em 2014 e retomada em 2017.	Programa Federal PAC I/ PPI – Intervenções em Favela: construção de 491 unidades habitacionais, entre casas e sobrados (COHAB-CT; CURITIBA, s.d).	Federal (PAC I/ PPI)
Iniciada em 2007; paralisada em 2014.	Ações para complementação (recursos do FNHIS): construção de 150 unidades habitacionais para substituição de moradias precárias no próprio local (COHAB-CT; CURITIBA, s.d).	Federal (FNHIS)
Iniciada em 2007; paralisada em 2014 e retomada em 2017.	Programa Minha Casa, Minha Vida: construção de 176 unidades habitacionais em prédios do entorno.	Federal (PMCMV)
Iniciada em 2011; paralisada em 2014 e retomada em 2017.	Programa Minha Casa, Minha Vida: construção de 49 unidades habitacionais no bairro Santa Cândida.	Federal (PMCMV)

Tabela 1 – Resumo das intervenções realizadas na Vila Parolin. Elaboração própria (2020) a partir dos dados da COHAB-CT.

As fragilidades existentes no assentamento permaneceram, mesmo com a intervenção parcialmente implementada. Como parte da população trabalha com coleta de material reciclável, a inadequação no armazenamento desses materiais, colocados no interior das moradias e nas vielas, confere ao local grande vulnerabilidade social e ambiental. Apesar da urbanização prever a capacitação ambiental dos moradores e a construção de três galpões de triagem nas proximidades, o problema não foi equacionado.

Além da Vila Parolin, outras 20 áreas localizadas em Curitiba foram contempladas com recursos do PAC entre os anos de 2007 e 2014 (Silva, Vasco e Teixeira, 2018). De acordo com Silva, Vasco e Teixeira (2018), as intervenções contemplaram, principalmente, a construção de unidades habitacionais em terrenos distantes das áreas de intervenção, sem abranger integralmente as etapas previstas inicialmente e que eram diretrizes do PAC, como a totalidade da intervenção nessas áreas e as obras de recuperação das áreas de preservação permanente. Ou seja, houve similaridade da política implementada em outros assentamentos do município com a urbanização realizada na Vila Parolin.

Depois que as obras do assentamento foram retomadas, priorizou-se a finalização da construção de conjuntos habitacionais em áreas distantes do assentamento, no bairro Santa Cândida. Ainda que essas construções estivessem previstas inicialmente em função do alto adensamento do local, e, segundo os técnicos da COHAB-CT, haver a concordância das famílias em deixar o local, o fato é que a parte significativa da urbanização, e que atingia o maior número de moradores, permaneceu incompleta. A construção de 150 unidades habitacionais para substituição de moradias precárias no próprio local não foi realizada, nem houve continuidade na implementação de infraestrutura urbana no assentamento.

Nas entrevistas realizadas com moradores e representantes em 2015 (SOUZA, 2016), havia um misto de esperança e descontentamento. A paralisação ainda não se colocava como um fato imutável, embora houvesse uma grande apreensão de que as obras não fossem mais retomadas. Alguns moradores elogiavam os trabalhos já realizados e acreditavam que suas vidas seriam, de fato, modificadas pela intervenção. Já outros, contestaram o resultado ao reclamar que “venderam um sonho e não fizeram nem metade”.

Essa população enfrentou as sucessivas tentativas de remoção em décadas passadas e sempre retornou ao local, em função da localidade privilegiada, que oferecia transporte, emprego e infraestrutura urbana. Quando do início do projeto de urbanização, o conflito com a vizinhança de classe média alta se acirrou, e houve reclamação e pedidos ao poder público para que o assentamento fosse removido dali. A população pobre, por outro lado, protestou e manifestou seu desejo de permanência no local, e garantiu, assim, que a COHAB-CT desse prosseguimento ao projeto.

Apesar das obras serem retomadas em 2017, em outro mandato municipal, priorizou-se somente a relocação de moradores para os novos conjuntos habitacionais em bairros distantes do local, inaugurados em 2018 e 2019. Diante disso, as características de segregação urbana e vulnerabilidade social presentes no núcleo não se alteraram. O assentamento retornou à sua condição anterior, com novas famílias ocupando as margens do rio que sofrem com as constantes enchentes. Os resíduos sólidos permanecem espalhados pelas áreas comuns e a sensação de abandono se manteve para quem ali permaneceu.

No entanto, mesmo após a retomada das obras, o fato da prefeitura não concluir a urbanização, não efetivou a integração da área ao entorno. A proposta de intervenção, que contemplou a urbanização integral da área, ao ser implantada parcialmente, não modificou substancialmente a realidade desses moradores.

4. Considerações

A pesquisa sobre a urbanização da Vila Parolin, bem como de outros assentamentos precários, conforme Lacarrieu (2018), demonstram que o poder público ainda prioriza a implementação de conjuntos habitacionais em detrimento da urbanização no local. Isso fica bastante nítido na forma como a prefeitura de Curitiba conduziu a continuidade das obras de intervenção desse assentamento, assim como em outras áreas irregulares que também receberam recursos do Governo Federal (Silva, Vasco e Teixeira, 2018), e evidencia que a área objeto de estudo deste artigo não é uma exceção na política habitacional e urbana do município.

Muito embora para a população do assentamento seja uma conquista morar nesse local, fruto de muita luta e resistência, conforme entrevistas realizadas em 2015, a urbanização incompleta provoca a percepção de que a luta deve continuar, ou ainda, que cada qual deve dar prosseguimento às suas batalhas individuais porque o Estado não lhes conferiu melhores condições de habitabilidade.

Todo o investimento despendido, seja material ou humano, é prejudicado, impactando diretamente no resultado posterior à urbanização. A descontinuidade das intervenções motiva a frustração dos moradores, ocasiona a desconfiança da efetividade da ação do poder público e aponta para um desejo de modificação de sua realidade a partir de si mesmo.

O discernimento dos mais pobres de que o Estado é responsável pela condução da resolução da problemática social e urbana é fundamental para que possam exigir políticas públicas de qualidade e mais efetivas. Requer para o Estado saber ouvir as demandas e desejos da população mais pobre de modo a evitar que os empreendimentos habitacionais sejam apenas um lugar transitório e sem integração com as cidades.

A compreensão dos processos que intensificam a segregação urbana e a vulnerabilidade social são fundamentais para a formulação de políticas públicas, bem como o envolvimento da população afetada por essas políticas, que devem estar associadas a outras políticas públicas de educação, trabalho e renda. Essa compreensão é basilar para modificar e minimizar os impactos da realidade precária a que muitos estão submetidos.

Assim, diante desses fatores, o Estado deve depreender um esforço maior para evitar as discontinuidades das intervenções a fim de minimizar retrocessos que impactam diretamente à população afetada e que incitam o aumento da precarização dos assentamentos. Ainda, reforçamos a necessidade de integração entre as diversas políticas públicas uma vez que as políticas de habitação e desenvolvimento urbano isoladas não conseguem modificar essa realidade tão frágil, vivenciada diariamente pelas famílias de baixa renda.

Bibliografia

Obra completa

BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS (2006). COHAB-CT: 41 anos de planejamento e realizações. Curitiba: Boletim.

CARVALHO, A. de S. (2014). Vivendo às margens: habitação de interesse social e o processo de segregação socioespacial em Curitiba. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC.

COHAB-CT; CURITIBA (2007). Projetos Prioritários de Investimentos – PPI. Intervenções em Favelas/ Saneamentos Integrados. Projeto de Trabalho Técnico Social. Bacia do Rio Belém: Vila Parolin. Curitiba: COHAB-CT. – (s.d.) Comunidade em Cores. Prefeitura, COHAB e Comunidade Juntas Revitalizando a Vila Torres. – (s.d.) Apresentação fornecida pelos técnicos da COHAB-CT.

CURITIBA; COHAB-CT; IPPUC (2007). Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente. Curitiba: IPPUC.

DAVIS, M. Planeta favela (2006). Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo.

KOWARICK, L. (2017). Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34.

SILVA, M. N. da. (2012). A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR.

SOUZA, C. de S. (2016). Resistência, justiça ambiental e política pública: urbanização de áreas de vulnerabilidade socioambiental consolidadas em Curitiba, PR – Vila Torres e Vila Parolin (1980-2014). Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR.

SOUZA, J. de. (2017). A elite do atraso: da escravidão a lava jato. 1ª edição. São Paulo: Editora Leya Brasil.

Capítulo de livro

HARVEY, D. (2003). Acumulação via espoliação. En D. Harvey. O novo imperialismo (115-148). São Paulo: Edições Loyola.

SILVA, M. N. da; VASCO, K. M. C. M. e TEIXEIRA, A. G. (2018). O arcabouço institucional e normativo da política municipal de habitação e as contradições na execução do PAC em Curitiba. En R. Denaldi e A. L.

Cardoso. Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC. 1ª edição. Rio de Janeiro: Letra Capital.

VERAS, M. P. B. (2001). Exclusão social: um problema de 500 anos: notas preliminares. Em B. Sawaia (org.). As artimanhas da exclusão- análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes. Petrópolis.

Revistas

BRULON, V.; PECCI, A (2018). Quando processos de organizar se chocam: hibridismos no espaço social de favelas. O&S - Salvador, v. 25, n. 84, p. 068-086.

LACARRIEU, M. (2018). Futuros inciertos y precarios: asentamientos precarizados en la ciudad de Buenos Aires. Oculum ens. Campinas. 15(3). 377-398.

LOPES, D. (2002). Casa, despejo e cultura do habitar. Cadernos CERU, série 2, no 13.

STROHER, L. (2017). Reestruturação da metrópole periférica e o impasse da reforma urbana em Curitiba. EURE, Santiago, v. 43, n. 128, p. 273-294.

Fontes eletrônicas

COHAB-CT. Companhia de Habitação Popular de Curitiba. <http://www.cohabct.com.br/> (consulta: 25/02/2020)